

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Popular (Gr) Class.: 71

Data: 10.01.85 Pg.: _____

Presidente do Getat vê com Iris o caso Apinajé

O presidente do Getat (Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins), Iris Pedro de Oliveira, vem hoje a Goiânia para em audiência com o governador Iris Rezende e com o Secretário de Segurança Pública, José Freire, discutir uma solução para a crise entre os índios Apinajé, a população de Tocantinópolis e as autoridades federais, na questão da demarcação das terras indígenas. A informação foi prestada pelo próprio presidente do Getat em contato telefônico com o Secretário de Segurança Pública, ontem à tarde.

A visita de Iris Pedro de Oliveira significa a participação das autoridades goianas na tentativa de solucionar o problema. Este mesmo caráter terá a audiência que o Secretário de Segurança Pública pretende manter com o Ministro do Interior, Mário Andreazza.

DOCUMENTO ANTIGO

O secretário José Freire deverá mostrar ao presidente do Getat documentos datados de 1978, onde consta que o então presidente da Funai, general Ismarth de Araújo Oliveira, assinou um ato delimitando em 85.800 hectares a área das terras a serem habitadas pelos Apinajé. Trata-se de um memorial descritivo que foi lembrado ao ministro do Interior, em documento a ele enviado e datado de dez de janeiro do ano passado, assinado por 48 proprietários de terra na região, que temiam ser esta área estendida a 102 mil hectares, conforme pretendia a Funai em 1983.

"Agora surge a Funai com o intuito de estender a área indígena além dos limites anteriormente fixados, o que, se pouco representa em termos de Brasil, muitos prejuízos vem produzir em um município pobre como o de Tocantinópolis, podendo acarretar - o que não se deseja e não se quer - tensões sociais e consequências incalculáveis nesta região", diz o documento dos fazendeiros. Apesar de os proprietários de terra afirmarem que não desejavam e não queriam tensões na área, notícias chegadas ontem ao gabinete do secretário José Freire, davam conta da irredutibilidade deles em reagir a qualquer tentativa indígena de estender sua área.

O impasse em torno da demarcação das terras indígenas - com a reivindicação da Funai para que a área seja delimitada numa extensão de 148 mil hectares e com a resistência da população de Tocantinópolis - já envolve, além das forças policiais militares da região, a Secretaria de Segurança Pública, o Governo do Estado, o presidente do Getat, o presidente da Funai, o Ministro Extraordinário para Assuntos Fundiários e o Ministro do Interior.

Em Goiás, entre as autoridades, há o temor de que seja necessária uma intervenção policial ostensiva no sentido de evitar um confronto armado. A nível federal as autoridades continuam a protelar a solução. Se a Funai defende os 148 mil hectares para os Apinajé, os fazendeiros aceitam somente a demarcação em 85.800 hectares. De qualquer modo, eles - os proprietários de terra conforme outro documento enviado ao Ministro do Interior, em setembro do ano passado, solicitavam "a máxima urgência na demarcação da reserva indígena local.

Mas o conflito envolve também mais um personagem: uma antropóloga da Companhia Vale do Rio Doce, citada inclusive em um relatório enviado pelo delegado de polícia Domingos Teixeira de Jesus, de Tocantinópolis, como uma das responsáveis pelo agravamento do estado de tensão.